



Operação Martelo Virtual II mira grupo especializado em golpes de leilão online

Nesta terça-feira (27/5), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou a segunda fase da operação Martelo Virtual. O alvo da ação é uma organização criminosa investigada por fraudes eletrônicas – na modalidade de golpes do leilão – e por lavagem de dinheiro.

Foram cumpridos 12 mandados de prisão e 54 de busca e apreensão em 12 cidades nos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, sendo apreendidos documentos, 32 veículos e cerca de R\$ 60 mil.

Segundo apurado, o grupo atuava em ao menos oito estados do país: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Tocantins, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Estima-se que mais de 250 pessoas tenham sido vítimas da organização criminosa, com prejuízos que, em alguns casos, chegaram a quase R\$ 200 mil por pessoa. Somente no último ano, a organização criminosa teria movimentado mais de R\$ 18 milhões.

A operação é resultado de investigações iniciadas em 2023 pela Delegacia de Polícia Civil em Frutal, no Triângulo Mineiro. De acordo com o chefe do Departamento da Polícia Civil em Uberaba, delegado-geral Felipe Colombari, mais de cem policiais foram empenhados na operação de hoje.

Ainda segundo o policial, o sucesso da investigação se deve à troca de informações com as polícias civis do Paraná (PCPR) e de São Paulo (PCESP). A coordenação para a execução das ordens judiciais também foi realizada pela PCMG e contou com apoio operacional da PCPR E PCESP.

Golpe

A fraude praticada pelo grupo consistia na criação de sites falsos de leilão de veículos, que simulavam portais legítimos. As páginas eram divulgadas por meio de anúncios pagos, o que aumentava a visibilidade em buscas na internet.

Ao acreditarem estar arrematando veículos em leilões reais, as vítimas eram encaminhadas para conversas por aplicativos de mensagens, onde finalizavam a suposta negociação e realizavam transferências via Pix para contas bancárias de terceiros.

Bens ilícitos

A investigação contou com o apoio de Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que identificaram movimentações incompatíveis com a renda dos envolvidos e forneceram pistas sobre a ocultação dos valores obtidos ilicitamente.

Além dos mandados, a Justiça autorizou o sequestro de bens e valores (que resultaram em R\$ 18 milhões); a quebra de sigilo bancário e fiscal dos investigados; e o bloqueio de 1.023 contas bancárias pertencentes a 82 pessoas físicas e jurídicas.

Durante os trabalhos investigativos, ainda foram apreendidos celulares, documentos, veículos e outros objetos de valor. Também foram bloqueados judicialmente 86 imóveis, três motos aquáticas e 506 veículos.

“A Polícia Civil de Minas Gerais combate sistematicamente o crime organizado, incluindo aqueles que ultrapassam a fronteira do estado mineiro. Investimos cada vez mais no trabalho de inteligência policial, na integração das forças de segurança e no uso tecnologias, colocando esses recursos a serviço da população”, ressaltou o porta-voz da PCMG, delegado Saulo Castro.

Organização criminosa

Segundo o delegado João Carlos Garcia Pietro Júnior, que coordenou a investigação, o grupo criminoso possuía uma estrutura bem definida, com divisão de tarefas. “Havia responsáveis pela criação dos sites falsos, captação de ‘laranjas’ para receber os valores ilícitos e operadores financeiros que realizavam a movimentação dos recursos”, detalhou.

O delegado contou ainda que os depósitos das vítimas eram rapidamente transferidos para contas de outros membros do grupo, fracionadas em diversas transações para dificultar o rastreamento. “Parte do dinheiro era então enviada a um grupo familiar de São Paulo, responsável pela lavagem dos valores por meio da compra de bens em nomes de terceiros”, explicou João Carlos.

Alerta

O chefe do 5º Departamento ainda alerta o cidadão para não cair em golpes. “A Polícia Civil de Minas Gerais

orienta a população a redobrar a atenção para não cair em golpes, especialmente no ambiente virtual. É fundamental desconfiar de sites com origem duvidosa ou que ofereçam preços muito abaixo do valor de mercado, pois isso pode ser um forte indicativo de fraude. Em caso de dúvida, a recomendação é simples: não concretize a negociação”, concluiu Felipe Colombari.

Martelo Virtual

O nome da operação faz alusão ao martelo usado por leiloeiros em eventos presenciais. No ambiente digital, esse martelo virtual simboliza o fechamento de lances fraudulentos, utilizados pelos criminosos para dar aparência de legitimidade ao golpe.

Saiba mais sobre a primeira fase da operação [AQUI](#).